transferida para o ano seguinte, desde que o 2.º outorgante o solicite, ao 1.º outorgante, até 15 de julho de cada ano.

4 — A falta de comunicação do disposto no número anterior implicará a perda das verbas referidas no n.º 3.

Cláusula 5ª

(Transferências entre componentes)

O 2.º outorgante reconhece ao 1.º outorgante o direito de transferir verbas entre componentes, desde que devidamente justificadas e não ultrapassando, em caso algum, o limite da participação do 1.º outorgante em cada uma das componentes.

Cláusula 6ª

(Outras fontes de financiamento)

1 — Sempre que o 2.º outorgante venha a receber de outras fontes de financiamento — públicas ou privadas, nacionais, comunitárias ou internacionais — verbas destinadas ao fim previsto na presente Adenda, deve, de imediato, comunicar formalmente esse facto ao 1.º outorgante.

2 — As verbas referidas no número anterior são obrigatoriamente consideradas para determinação da participação do 1.º outorgante.

3 — A falta de comunicação prevista no n.º 1 constitui incumprimento grave da Adenda.

Cláusula 7ª

(Propriedade dos recursos)

1 — Os recursos a adquirir para execução do Projeto de Tecnologias de Informação e Comunicação, objeto da presente Adenda, ficam a constituir património do 2.º outorgante.

2 — O 2.º outorgante compromete-se a manter e atualizar a Biblioteca, no que respeita ao uso das tecnologias de informação e comunicação, assim como a desenvolver os respetivos serviços, acompanhando a evolução das orientações aplicáveis a esta realidade.

Cláusula 8ª

(Fiscalização)

Para os efeitos do disposto na presente Adenda, o 2.º outorgante reconhece ao 1.º outorgante o direito de acompanhar e fiscalizar a execução do Projeto de Tecnologias de Informação e Comunicação.

Cláusula 9ª

(Dever de vinculação aos fins)

1 — Os recursos a adquirir devem ser exclusivamente destinados pelo 2.º outorgante a serviços da biblioteca, não podendo ser utilizados para outros fins, mesmo que se trate de serviços do Município.

2 — A violação do disposto no número anterior constitui incumprimento grave desta Adenda e confere ao 1.º outorgante o direito de exigir a devolução da comparticipação efetuada.

Cláusula 10ª

(Incumprimento)

1 — Em caso de incumprimento por parte do 2.º outorgante das obrigações previstas nas cláusulas 2.ª n.º 1, n.º 2 e n.º 3, e 6.ª n.º 1, deve ser suspenso o financiamento do 1.º outorgante até regularização da situação em prazo a fixar por este.

2 — Em caso de incumprimento por parte do 2.º outorgante da obrigação prevista na cláusula 10.ª, n.º 1, confere ao 1.º outorgante o direito de exigir a devolução da comparticipação efetuada.

Cláusula 11ª

(Disposições finais)

As restantes cláusulas do contrato celebrado em 30 de agosto de 2004 mantêm-se inalteradas.

A cláusula 29.ª do contrato inicial passa a ter a seguinte redação:

«Cláusula 29.ª

Duração do contrato

O presente Contrato-Programa tem início em 30 de agosto de 2004 e caduca em 31 de dezembro de 2016.»

A presente Adenda produz efeitos a partir de 28 de agosto de 2014 e caduca em 31 de dezembro de 2016.

A presente Adenda, constituída por 7 folhas, todas rubricadas, à exceção da última, que por ambos os outorgantes vai ser assinada, foi elaborada em duplicado, valendo ambas como originais, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes, e será publicada na 2.ª série do *Diário da República*.

18 de novembro de 2014. — O 1.º Outorgante, o Diretor-Geral, *José Manuel de Azevedo Cortés*. — O 2.º Outorgante, a Presidente da Câmara Municipal Amadora, *Carla Maria Nunes Tavares*.

208345709

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Aviso n.º 563/2015

Em conformidade com o disposto, respetivamente, nas alíneas a) e b) do artigo 1.º da Portaria n.º 277/2013, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 163, de 26 de agosto de 2013, dá-se conhecimento que:

i) A taxa supletiva de juros moratórios relativamente a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, nos termos do § 3.º do artigo 102.º do Código Comercial, em vigor no 1.º semestre de 2015, é de 7,05 %;

ii) A taxa supletiva de juros moratórios relativamente a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, nos termos do § 5.º do artigo 102.º do Código Comercial e do Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio, em vigor no 1.º semestre de 2015, é de 8,05 %.

2 de janeiro de 2015. — A Diretora-Geral, *Elsa Roncon Santos*.

208347467

Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

Despacho n.º 507/2015

Considerando que:

a) Por meu Despacho n.º 9794/2013, de 21 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 142, de 25 de julho de 2013, foi constituída a equipa de projeto para dar início ao estudo e à preparação do lançamento de uma parceria que permita assegurar a continuação da prestação dos serviços de saúde no Centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul (CMFRS) e, entre outras tarefas, elaborar a justificação do modelo a adotar, bem como avaliar as soluções que permitam assegurar a continuação da prestação de serviços até à conclusão do procedimento relativo à definição do novo quadro contratual (Equipa de Projeto do CMFRS);

b) Por meu Despacho n.º 1317-A/2014, de 24 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 18, de 27 de janeiro de 2014, foi constituída a equipa de projeto para a preparação do processo de estudo e lançamento do projeto do Hospital de Lisboa Oriental (Equipa de Projeto do HLO);

c) Por via do Despacho n.º 209/2014, Sua Exa. o Senhor Secretário de Estado da Saúde indicou, em representação do Ministério da Saúde, o Dr. Luís Matos, Vogal do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, como membro efetivo da Equipa de Projeto do CMFRS, em substituição do Dr. Alexandre Lourenço, na sequência da respetiva cessação de funções como Vogal do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde;

d) Igualmente, por via do referido Despacho n.º 209/2014, Sua Exa. o Senhor Secretário de Estado da Saúde indicou, em representação do Ministério da Saúde, o Dr. Nuno Ramos, Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, como membro suplente da Equipa de Projeto do CMFRS, em substituição do Dr. Miguel Madeira, atendendo à respetiva cessação de funções como Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve;

e) Por via do Despacho n.º 210/2014, Sua Exa. o Senhor Secretário de Estado da Saúde indicou, em representação do Ministério da Saúde, o Dr. Rui Santos Ivo, Presidente do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, como membro efetivo da Equipa de Projeto do HLO, em substituição do Prof. Doutor João

Carvalho das Neves, na sequência da respetiva cessação de funções como Presidente do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde;

f) Igualmente, por via do referido Despacho n.º 210/2014, Sua Exa. o Senhor Secretário de Estado da Saúde indicou, em representação do Ministério da Saúde, a Dra. Fátima Candoso, responsável pelo Núcleo de Estudos e Planeamento da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, como membro suplente da Equipa de Projeto do HLO, em substituição do Dr. Pedro Alexandre, atendendo à respetiva cessação de funções como Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;

g) Adicionalmente, de acordo com os pedidos de exoneração como membros das referidas equipas de projeto, apresentados pelo Dr. Carlos Alberto Correia de Oliveira Vaz de Almeida e pelo Eng.º João Pedro Malveiro Pereira Tomaz Roque, torna-se também necessário proceder à sua substituição nas respetivas equipas de projeto;

h) Pelo Despacho n.º 2069/14-SEF, datado de 10 de outubro de 2014, Sua Exa. o Secretário de Estado das Finanças determinou à Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos, nos termos das disposições conjugadas do artigo 10.º e da alínea e) do n.º 2 do artigo 39.º, ambos do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, a modificação da composição da Equipa de Projeto do CMFRS;

i) Pelo Despacho n.º 4/2015, datado de 5 de janeiro de 2015, Sua Exa. o Secretário de Estado das Finanças determinou à Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos, nos termos das disposições conjugadas do artigo 10.º e da alínea e) do n.º 2 do artigo 39.º, ambos do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, a modificação da composição da Equipa de Projeto do HLO.

Assim, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 10.º e na alínea e) do n.º 2 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, determina-se:

1) A composição da referida Equipa de Projeto do CMFRS passará a ser a seguinte:

i) Presidente: Dr. Vítor Manuel Batista de Almeida;

ii) Restantes membros efetivos:

Dra. Joana Cristina Veiga Carvalho Barbosa;

Dr. Diogo Macedo Graça;

Dra. Sofia Viana Fernandes;

Dr. Luís Matos;

Dr. Pedro Nobre da Veiga Neto Miranda; e

Dr. Joaquim Grave Ramalho;

iii) Membros suplentes:

Dra. Maria Ana Soares Zagallo;

Eng.º Luís Leitão Serzedelo de Almeida;

Dr. Nuno Ramos; e

Dr. Ricardo Jorge Almeida Perdígão Saleiro Mestre.

2) A composição da referida Equipa de Projeto do HLO passará a ser a seguinte:

i) Presidente: Dr. Vítor Manuel Batista de Almeida;

ii) Restantes membros efetivos:

Dra. Joana Cristina Veiga Carvalho Barbosa;

Dra. Maria Ana Soares Zagallo;

Dr. Diogo Macedo Graça;

Dr. Rui Santos Ivo;

Dr. Luís Cunha Ribeiro; e

Dra. Teresa Sustelo;

iii) Membros suplentes:

Dra. Sofia Viana Fernandes;

Eng.º Luís Leitão Serzedelo de Almeida;

Dra. Gabriela Maia; e

Dra. Fátima Candoso.

3) A participação nas presentes equipas de projeto não confere direito a qualquer remuneração adicional.

4) O presente despacho produz efeitos desde o dia 1 de outubro de 2014.

7 de janeiro de 2015. — O Coordenador da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos, *Fernando Crespo Diu*.

208347937

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA DEFESA NACIONAL

Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional

Despacho n.º 508/2015

Considerando que a Igreja da Paróquia da Sagrada Família do Miratejo — Laranjeiro foi construída em finais dos anos 80, numa propriedade confinante com a Base Naval de Lisboa, Bairro Social do Alfeite, situada em Almada, afeta ao Ministério da Defesa Nacional e em uso pela Marinha;

Considerando que a proximidade da Igreja ao muro que limita as duas propriedades associada às más condições climáticas tem propiciado, ao longo dos tempos, o aumento da degradação da Igreja, bem como do equipamento eletrónico instalado na mesma, sendo a ampliação do logradouro a forma mais adequada de preservar o edifício da Igreja;

Considerando que a ampliação deste logradouro só poderá ser efetuada em terreno integrante da Base Naval de Lisboa, Bairro Social do Alfeite, sendo para o efeito necessários 250 m², que a Paróquia da Sagrada Família do Miratejo manifestou interesse em adquirir;

Considerando que a parte do imóvel objeto de interesse por parte da Paróquia foi cedida pela Marinha, a título de “uso de superfície”, ao Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA) para construção do Bairro Social do Alfeite;

Considerando que a Marinha e o IASFA não veem inconveniente na alienação, à Paróquia do Miratejo, da parcela de terreno em causa uma vez que a sua desanexação não prejudica o normal funcionamento daquela infraestrutura militar;

Considerando que a referida parcela de terreno foi objeto de avaliação pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, que homologou o valor de € 11 350,00 (onze mil, trezentos e cinquenta euros);

Considerando que, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto, e regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 196/2001, de 29 de junho, os imóveis integrados no domínio público militar só poderão ser alienados após a sua integração no domínio privado do Estado por desafetação do domínio público;

Considerando, finalmente, que conforme o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto, a desafetação do domínio público militar é feita por Resolução do Conselho de Ministros, propõe-se que:

1 — Seja tomada resolução pelo Conselho de Ministros no sentido de desafetar do domínio público militar e integrar no domínio privado do Estado afeto à Defesa Nacional uma parcela de terreno com a área de 250 m², parte integrante do Bairro Social do Alfeite, freguesia do Laranjeiro, concelho de Almada, confrontando a Norte com o Estado, a Sul com a Igreja da Paróquia do Miratejo, a Este com a via pública e a Oeste com o Estado, omissis na matriz e não descrito na Conservatória do Registo Predial, identificada em planta anexa, com vista à sua alienação à Paróquia da Sagrada Família do Miratejo — Laranjeiro, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto.

2 — A parcela de terreno permaneça afeta ao Ministério da Defesa Nacional, enquanto não for objeto da respetiva entrega material, conforme previsto no n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto.

15 de dezembro de 2014. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

208346835

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado do Ambiente

Despacho n.º 509/2015

Portugal enquanto Estado Membro da Agência Espacial Europeia (ESA) desde 14 de novembro de 2000, participa nas decisões do Conselho Ministerial para dar continuidade aos seus compromissos nos programas espaciais da Agência;